

A GOVERNANÇA DE TEMER E O RETROCESSO DAS CONQUISTAS SOCIAIS PÓS GOLPE

Emanuele Maria Silva Gonçalves¹

Isabel Cristina da Costa²

Patrícia Manuel³

Lúcia de Fátima Valente⁴

Maria Simone Ferraz Pereira⁵

Resumo: O artigo é oriundo de uma pesquisa de natureza qualitativa, desenvolvido no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação como produto resultante da disciplina “Estado e Políticas Públicas em Educação”. O trabalho analisa o recorte histórico do período de 2016 a 2018, período em que o Estado Brasileiro estava sobre o governo do ex-presidente Michel Temer, com objetivo central de analisar as políticas educacionais do referido governo a luz da análise das teorias neoliberais e sua influência na organização do Estado brasileiro. O presente artigo propõe uma breve contextualização da ideologia neoliberal, e explora, a partir das reflexões propostas por Giovani Alves (2024) como o Estado neoliberal no Brasil, construído a partir dos pilares da superexploração do trabalho, produção da ignorância cultural e subsistema da dívida pública, se organiza, modifica e interfere nas políticas públicas, dando ênfase nas políticas educacionais durante o governo Temer.

Palavras-chave: neoliberalismo; políticas educacionais, governo Temer.

THE GOVERNANCE OF TEMER AND THE REGRESSION OF SOCIAL GAINS IN THE POST-COUP PERIOD

Abstract: This article is the result of qualitative research developed within the scope of the Graduate Program in Education, as a product of the course “State and Public Policies in Education.” The study examines the

¹ Mestre em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia, na linha de Estado, Política e Gestão da Educação.

² Doutoranda no Programa de Pós- Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, na linha de Estado, Política e Gestão da Educação.

³ Mestranda no Programa de Pós- Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, na linha de Estado, Política e Gestão da Educação (2025), graduada em Pedagogia (2020-2024).

⁴ Doutora e mestra em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (2002-2011). Especialista em Ética e Filosofia Política pela mesma universidade (1999). Graduada em Pedagogia e Direito pela Fundação Educacional do Nordeste Mineiro - Fenord (1991 - 1997). Professora da Universidade Federal de Uberlândia, na Faculdade de Educação. Atua na graduação (curso de Pedagogia e Licenciaturas) e no Programa de Pós-Graduação em Educação na Linha de Pesquisa Estado, Políticas e Gestão em Educação. Coordenadora do Dinter UFU-IFMG (2024-2028). Membro do Conselho Municipal de Educação de Uberlândia, do Colegiado do PPGED e do Conselho da Faculdade Educação. É líder do grupo de estudos e pesquisa Lapge: Laboratório de Análise de política e gestão da educação.

⁵ Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Uberlândia (1996), mestrado (2006) e doutorado (2012) em Educação pela Universidade Estadual de Campinas/Unicamp. Professora da Faculdade de Educação/Faced/UFU. Na graduação trabalha com Prática de Ensino e Estágio Supervisionado. Docente do Programa de Pós-Graduação (PPGED/Faced), vinculada à Linha de Pesquisa Estado, Políticas e Gestão da Educação. Atualmente é diretora da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia (Quadrênio 2022-2026). Foi vice-diretora da Associação Nacional de Política e Administração em Educação (Anpae) - Seção MG, gestão 2021-2023; diretora na gestão 2019-2021 e vice-diretora da Anpae - Seção MG, gestão 2015-2019.

historical period between 2016 and 2018, when Brazil was under the administration of former President Michel Temer, with the main objective of analyzing the government's educational policies in light of neoliberal theories and their influence on the organization of the Brazilian State. The article offers a brief contextualization of neoliberal ideology and, based on the reflections proposed by Giovani Alves (2024), explores how the neoliberal state in Brazil—structured upon the pillars of labor super-exploitation, cultural ignorance production, and the public debt subsystem—organizes itself, transforms, and interferes in public policies, with particular emphasis on educational policies during Temer's administration.

Keywords: neoliberalism; educational policies, Temer government.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo explorar as principais políticas implementadas no governo de Michel Temer no período de 2016 a 2018, com ênfase nos impactos na educação, buscando apreender a influência e a extensão da doutrina neoliberal no cenário brasileiro e no referido governo. Diante disso, uma breve contextualização e definição do neoliberalismo, bem como seu modo de interferir na organização dos Estados e na educação se faz necessária.

O neoliberalismo é uma doutrina política que tem sua origem a partir da sociedade Mont Pelerin, que contava com as ideias políticas de economistas como Hayek, Mises e Friedman. Conforme esses pensadores, o Estado não deveria interferir no funcionamento da economia de mercado ou utilizar de seu poder para criar garantias e direitos sociais. A máxima desses pensadores se funda no conceito de liberdade e propriedade privada, sendo essa alcançada por meio do livre mercado, ou seja, mediante a liberdade individual de acumular riquezas. Suas ideias começaram a ganhar força, de maneira mais expressiva, a partir da década de 1970 com a crise do Estado de bem-estar social.

Segundo Harvey (2008, p.02) o neoliberalismo é uma teoria que propõe que o bem-estar humano só pode ser efetivado mediante a promoção das liberdades individuais e do empreendedorismo, mas para isso, é preciso de uma estrutura institucional forte para a garantia do direito sólido à propriedade privada, livre mercado e livre comércio. Dessa forma, o Estado neoliberal se configura como um Estado forte, inclusive coercitivo, para a proteção dos interesses do mercado e das elites econômicas que detêm o capital.

Para estruturar a hegemonia das ideias neoliberais, é preciso estabelecer e explicar a crise estrutural advinda do capitalismo, a partir de uma lógica de ineficiência da gestão estatal, pois para essas ideias a interferência indevida do Estado para garantir reivindicações das classes trabalhadoras, atrapalha o funcionamento econômico, gerando

crises financeiras. O neoliberalismo tem suas ramificações não apenas nas questões políticas, mas interfere em toda a estrutura social e política, altera as formas de pensamento, organização do trabalho e traz consigo os princípios de mercado como a eficiência, individualismo, produtividade, competitividade e meritocracia.

A educação não fica intocada por essa lógica. Para os neoliberais a escola deve atuar a partir dos padrões empresariais do mercado. Para o neoliberalismo a educação deve se basear em um livre mercado como forma de produzir avanço social, já que a ineficiência da gestão escolar pode ser combatida por meio da competitividade e da livre concorrência. Os processos educativos devem ser modernizados, padronizados e mensurados.

A década de 1990 representa um momento de guinada do Brasil ao Estado neoliberal, que, segundo Alves (2004), se estrutura no tripé dos subsistemas: oligarquia financeira, superexploração do trabalho e ignorância cultural. O Estado Neoliberal foi aprimorado com o passar dos anos transmutando em uma superestrutura política resultado da materialidade política do capital.

Compreender a forma política cujo país é governado é importante para entender os bastidores da pequena política que promoveu e arquitetou o golpe de 2016 que usurpou a presidência de Dilma Rousseff para reabrir o acesso do poder para a direita na pessoa do então vice-presidente Michel Temer.

O Estado Neoliberal que permeia a governança desde 1990 foi fortalecida pelo governo neodesenvolvimentista enquanto o Partido dos Trabalhadores (PT) esteve no poder. Segundo o autor Alves (2024), o governo de Lula e Dilma adotou a postura de não romper com o neoliberalismo, mas, no entanto, por meio do governo neodesenvolvimentista mediu as políticas sociais compensatórias, sem romper com a macroeconomia neoliberal.

O Neodesenvolvimentismo, no entanto, baseava-se em políticas sociais compensatórias e, no plano externo, em uma diplomacia não alinhada como Washington participando, inclusive, da formação dos BRICS em 2009. (...) O Neodesenvolvimentismo surgiu como uma política econômica, uma variante do modelo capitalista neoliberal em resposta à crise do modelo neoliberal dos anos de 1990 na América Latina. Apesar de manterem a gestão neoliberal da macroeconomia, estes governos se distinguiram dos neoliberais dos anos de 1990 pela ênfase do crescimento do PIB e nos programas sociais. A política de transferência de renda e o aumento de gasto público, voltada para redução das desigualdades sociais e fortalecimento do mercado interno, marcaram um projeto desenvolvimento como distinto do projeto liberal puro adotado por FHC (Alves, 2024, p. 132)

Na perspectiva de Alves (2024) o país não rompeu com o neoliberalismo, mas mediou o estado neoliberal através das ações neodesenvolvimentistas que aliava as questões sociais juntamente com os interesses da oligarquia.

As pedaladas fiscais foram o pano de fundo para a articulação do *impeachment* sofrido pela presidente Dilma Rousseff, mas o aprofundamento da compreensão das estruturas neoliberais aponta que a forma de governança adotada pelo partido dos trabalhadores foi desgastada pelo não rompimento do compromisso com a oligarquia financeira até que esse posicionamento de governo não conseguiu lidar com a crise de 2015 e 2016 durante a profunda crise do capitalismo brasileiro revelando sua fragilidade ao aderir ao tripé econômico neoliberal, sendo eles o superávit primário, câmbio flutuante e metas da inflação, (Alves, 2024, p 133). Com o desgaste político e econômico o golpe foi articulado sem grandes resistências do povo brasileiro na ocasião.

2 PERIODIZAÇÃO HISTÓRICA DA DOMINÂNCIA NEOLIBERAL NO BRASIL

Em 1990 a 1992 a formação inicial do Estado Neoliberal começa no Governo de Fernando Collor que se delineia por meio de políticas alinhadas ao Consenso de Washington, no ano de 1994 com o lançamento do Plano Real, no governo de Fernando Henrique Cardoso - FHC, marca-se um ponto crucial na estabilização monetária e no controle da inflação, mas também leva à sobrevalorização cambial e elevação das taxas de juros para atrair capital internacional. As bases do Estado neoliberal são estabelecidas, com o subsequente ajuste neoliberal dos governos de FHC (1994-2002), o que fortalece a oligarquia financeira.

Em 1994 percebe-se os impactos do Plano Real e Consolidação da Oligarquia Financeira, com sobrevalorização cambial e os juros elevados, pilares do Plano Real, se aprofundam a desindustrialização brasileira e consolidam a inserção subalterna do Brasil na economia global. Segundo Alves (2024) os lucros exorbitantes da remuneração da dívida pública substituem o imposto inflacionário, fortalecendo a oligarquia financeira e estabelecendo o subsistema da dívida pública como motor de extração de recursos do fundo público para a burguesia.

Em 1999 têm-se o estabelecimento do Tripé Macroeconômico, composto por câmbio flutuante (com a desvalorização do Real), metas de inflação e superávit primário,

administrado pelo Banco Central. Este tripé permanece inalterado por mais de vinte anos. Já no início dos Anos 2000 a crise do modelo neoliberal se torna visível, exigindo das forças de esquerda, interessadas em administrar a nova ordem, a capacidade de reformá-lo sem alterar seus fundamentos. Em 2002, durante sua campanha presidencial, Lula assina a "Carta ao Povo Brasileiro", buscando tranquilizar o mercado financeiro e sinalizar uma postura moderada e conciliadora do PT, o que contribui para sua vitória e o nascimento do "lulismo".

Nos Governos Lula e Dilma em 2003 a 2016 há a afirmação do Estado Neoliberal, cuja governança ainda que promova políticas compensatórias e de transferência de renda para combater a pobreza, não alteram as estruturas fundamentais do Estado neoliberal, preservando o modelo macroeconômico. A política de valorização do salário-mínimo e a política externa voltada para alianças com o Sul Global (como a adesão aos BRICS) são exemplos de como o PT buscou conciliar interesses sociais com a manutenção do modelo Neoliberal. O PT é descrito como tendo modernizado e consolidado o Estado neoliberal, preservando sua estrutura oligárquico-burguesa, e atuando como defensor de uma modernização conservadora.

E por fim, a partir de 2015 o Estado consolida do Estado Neoliberal por consequência da crise capital que o país enfrenta capitalismo brasileiro levando à adoção de políticas de austeridade (...) que aprofundaram a recessão e contribuíram para seu impeachment em 2016 (Alves, 2024 p.152).

3 O GOLPE DE 2016

Os golpes de Estado no Brasil são descritos como contrarrevoluções preventivas pelos autores Lombardi e Lima, (2017). Essa é uma ação articulada pelas quais as elites econômicas e políticas retomaram o poder, fazendo retroceder políticas sociais e populares e restabelecendo a ordem conservadora e seus desdobramentos antidemocráticos, antipopulares, anticomunistas e pró-imperialistas.

Ao longo da história republicana, as elites econômicas e políticas brasileiras têm recorrido a golpes de Estado para se manter no poder, pois se mostraram incapazes de fazê-lo pela via da democracia representativa do voto popular. A burguesia brasileira, na

periferia, é vista como incapaz de conduzir uma revolução democrática nacional, mas permanece no centro do controle do poder econômico, social e político.

O Golpe de 2016 foi uma resposta da incapacidade das elites econômicas e políticas brasileiras se manterem no poder por meio da democracia representativa do voto popular. Elas perduram por meio de golpes de Estado. (Krawczyk e Lombardi, 2018, p.75)

Essa burguesia nacional associou-se à procedimentos autocráticos, aprofundando a desigualdade social, o controle político e ideológico, e a dependência financeira ao capital internacional.

O Estado sempre foi disputado “pelos grupos hegemônicos como instância garantidora da interface entre o capitalismo interno e externo e a âncora institucional que confere legitimidade ao poder burguês” (Krawczyk e Lombardi, 2018, p.74). A ameaça permanente de golpes contra as frágeis instituições democráticas, saudados pelas classes dominantes, é uma marca histórica.

A característica de contrarrevolução para garantia de grupos hegemônicos no poder não escapou ao golpe de 2016 sofrido pela presidente Dilma Rousseff que foi um evento multifacetado articulado por via parlamentar, jurídica e midiática. Krawczyk e Lombardi (2018 p.23) afirmaram que:

(...) um com um golpe judicial-parlamentar-midiático, que levou à implantação de um governo estreitamente ligado aos interesses tanto do imperialismo, quanto de amplos setores da burguesia brasileira. Para atender a esses interesses, em dois anos foram feitas “reformas” que implicam, entre outras consequências, redução de salários, retomada das privatizações, desmonte da política para o petróleo e entrega a corporações de grandes parcelas do orçamento público em áreas como educação e saúde.

As ações que culminaram o golpe partiram da hegemonia oligárquica que forjou uma oportunidade de retomada ao a poder para garantir que suas articulações na ótica do capital fossem legitimadas pelo vice-presidente Michel Temer, a crise política é analisada pelos autores Krawczyk e Lombardi (2018), que destacam comprometimento do Poder Judiciário no golpe, com uma sequência de atos discricionários e ilegais cometidos pelo Executivo, parlamentares, Judiciário e imprensa. Havendo violações de normas constitucionais e condenações sem provas.

A grande mídia foi cooptada e se prestou ao papel de propaganda ideológica contra as classes populares. O Partido da Social-Democracia Brasileira - PSDB, partido derrotado nas eleições de 2014, foi um dos principais partidos a conspirar para o impeachment, funcionando como núcleo intelectual do golpe e ocupando funções estratégicas no governo pós-golpe. As verdadeiras intenções do ato eram promover uma guinada conservadora por meio da adoção da perspectiva neoliberal, a desregulamentação do mundo do trabalho para aumentar a exploração, e a concentração de riqueza. Isso envolveu medidas como a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 95, que congelou gastos públicos por 20 anos, a reforma trabalhista Lei nº 13.467/2017, caracterizada como retrocesso e mecanismo de exclusão e legalização da desigualdade, retomada das privatizações, e o desmonte de políticas públicas. O objetivo também era recuperar a taxa de lucro abalada desde a crise capitalista de 2008.

O golpe no Brasil é citado por Krawczyk e Lombardi (2018) como um exemplo sofisticado de "guerra híbrida", sem chegar ao conflito armado, cujos métodos usados no golpe contra Dilma, variavam entre mobilização popular, cooptação da mídia, aparato judicial e policial, apoio a grupos armados, intervenção eleitoral e *fake news*. No Brasil, envolveu manifestações de rua, a Operação Lava Jato, a compra de parcelas do Congresso, controle dos meios de comunicação, cooptação do Supremo Tribunal Federal e a atuação de juízes para impedir a candidatura de Lula. A dimensão geopolítica foi vista como tão ou mais importante que os interesses econômicos. Havia o interesse dos Estados Unidos em se apropriar de riquezas como o pré-sal e destruir empresas brasileiras concorrentes. As conexões internacionais do PSDB, especialmente por intermédio de FHC e suas relações com os Clinton e Wall Street, que ligavam a elite neoliberal brasileira ao Departamento de Estado americano (Krawczyk e Lombardi, 2018). A preparação do golpe se acelerou nesse cenário. A espionagem da National Security Agency - NSA contra Dilma e a Petrobras é apontada como um início da "guerra híbrida" para desestabilizar o Brasil.

Os processos contra Lula, incluindo a condenação sem provas e a prisão, inserem-se nessa estratégia complexa de desestruturar o Brasil por dentro e são vistos como perseguição política, não combate à corrupção. Houve uma dupla fraude no processo eleitoral de 2018: a prisão de Lula e a disseminação de notícias falsas. O golpe foi uma resposta à chegada de outros espectros da população brasileira ao poder de Estado, como

trabalhadores, pobres, migrantes, nordestinos, socialistas, sindicalizados, e também o fato de Dilma ser uma mulher socialista, ex-presa política e separada.

O golpe foi contra as frágeis experiências democráticas do país, a destinação de recursos estatais a políticas sociais para o povo brasileiro, a autonomia universitária e a liberdade de pesquisa e ensino crítico (Krawczyk e Lombardi, 2018. p.76). O contexto pós-golpe é comparado à ditadura militar, com recrudescimento das liberdades democráticas e avanço do neoliberalismo radical.

Segundo Alves (2024, p. 157) “A reestruturação do capitalismo brasileiro, de acordo com os interesses da oligarquia financeira, representou uma nova ofensiva neoliberal, ainda mais voraz do que aquela promovida por FHC na década de 1990, pois foi resultado de um golpe de Estado, e não de uma vitória eleitoral”.

Em suma, o golpe de 2016 é apresentado como a manifestação contemporânea de um padrão histórico de golpes preventivos liderados pelas elites econômicas e políticas para conter avanços populares e sociais. Este golpe específico foi impulsionado por uma complexa articulação de fatores contemporâneos, incluindo uma crise política fabricada, a atuação coordenada do judiciário, mídia e parlamento, fortes interesses econômicos ligados à agenda neoliberal e à apropriação de riquezas nacionais, e uma "guerra híbrida" com significativa influência e articulação externa (especialmente dos Estados Unidos). Foi também um golpe contra a ascensão de grupos historicamente excluídos ao poder e contra a priorização de políticas sociais.

4 TRAJETÓRIA E CARREIRA DE MICHEL TEMMER

Buscando compreender melhor o contexto familiar, social e como foram os primeiros passos políticos do referido vice-presidente Michel Temer, um dos articuladores do impeachment da presidente Dilma Rousseff, cabe contextualizar sua biografia no contexto de sua formação acadêmica, origem e alianças políticas, bem como sua carreira pública, segundo sua bibliografia, disponível na Biblioteca presidencial.

Michel Miguel Elias Temer Lulia nasceu em Tietê (SP), no dia 23 de setembro de 1940. Caçula de oito irmãos, Temer é católico. Filho de Miguel Temer, que tinha negócios relacionados ao beneficiamento de café e arroz. Muito jovem auxiliou o pai nos negócios familiares e aos 16 o que se entenderia por ensino médio hoje, tão logo entra para a

Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), no Largo do São Francisco. Possui o título de Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo.

Temer escreve o livro *Constituição e Política, Territórios Federais nas Constituições Brasileiras e Seus Direitos na Constituinte e Elementos do Direito Constitucional*, este último já em sua 20ª edição, com 200 mil exemplares vendidos, Temer passa a ser considerado um dos maiores constitucionalistas do País. Em 2012, recebe o título Doutor Honoris Causa do Instituto de Direito Público (IDP) e da Universidade Fundação Instituto de Ensino para Osasco (Unifieo), por sua atuação no campo jurídico e político brasileiro. (Brasil. Biblioteca da Presidência da República. 2025).

Dando continuidade ao contexto histórico sobre a vida do então ex-presidente, segundo publicado no site da Secretaria Geral da República, o mesmo ocupou diversos cargos tais como Oficial de gabinete de Ataliba Nogueira, secretário de Educação no Governo do Estado de São Paulo entre 1964 e 1966. Em 1970 tornou-se procurador do estado. Em 1983 foi nomeado procurador-geral do Estado de São Paulo. Logo assume a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo.

Em 1985, criou os Conselhos Comunitários de Segurança (Consegs) e no mesmo ano, Temer cria a primeira Delegacia da Mulher no Brasil. Instituiu a Delegacia de Proteção aos Direitos Autorais e a Delegacia de Apuração de Crimes Raciais. Na primeira administração à frente da Secretaria de Segurança Pública, recebeu grande estímulo para disputar cargo eletivo. Confidenciou ao então governador Franco Montoro um grande sonho: participar da Assembleia Nacional Constituinte em 1986. Montoro incentivou-o a seguir em frente, (Gov.br. Secretaria-geral. 2022). Elegeu-se deputado constituinte pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e participou ativamente da Assembleia Nacional Constituinte, quando se destacou pela posição moderada, sóbria e pelo grande conhecimento de direito constitucional. Após a Constituinte, foi reeleito deputado federal e exerceu seis mandatos – todos pelo PMDB. Licenciou-se do cargo somente para reassumir a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo e, depois, a Secretaria de Governo. Na primeira das três gestões como presidente da Câmara dos Deputados, inovou ao abrir a Casa para a sociedade com a criação de importante sistema de comunicação, responsável por noticiar o trabalho dos parlamentares e os grandes debates travados no plenário e nas comissões. Nesse período, a Câmara discutiu e votou

vários projetos que alteraram a estrutura do Estado brasileiro, com mudanças de grande repercussão para a modernização das instituições nacionais. No terceiro mandato como presidente da Câmara, impediu o trancamento da pauta por Medidas Provisórias (MP) editadas pelo Executivo. Temer ofereceu nova interpretação constitucional. Segundo ele, uma MP somente trava a votação de matérias que podem ser objeto do mesmo dispositivo legal. Assim, a votação de Propostas de Emenda à Constituição, Resoluções e Projetos de Lei Complementar, entre outras matérias elencadas no §1º do art. 62, não poderiam ser barradas. Com essa decisão, amplamente acolhida no meio jurídico e no âmbito legislativo, a Câmara retomou as votações de matérias relevantes para a sociedade. Seus pronunciamentos e artigos elaborados no desempenho do mandato parlamentar estão reunidos na obra Democracia e Cidadania. Na condição de presidente da Câmara, assumiu a Presidência da República, interinamente, por duas vezes: de 27 a 31 de janeiro de 1998 e em 15 de junho de 1999. De 2001 ao final de 2010, presidiu o Diretório Nacional do PMDB. Em 2011, licenciou-se do posto ao assumir a Vice-Presidência da República. (Gov.br. Secretaria-geral. 2022).

O autor Daniel Neves, em seu artigo publicado na revista eletrônica Brasil Escola, destaca a atuação profissional de Michel Temer em sua carreira política.

Em 2010, negociações políticas levaram Michel Temer a ser convidado a assumir a posição de vice-presidente da chapa de Dilma Rousseff, candidata do Partido dos Trabalhadores à presidência da república. Seu convite representou a vitória da proposta que ele defendia de o PMDB unir-se ao PT na disputa pela presidência. Michel Temer assumiu a vice-presidência em 1º de janeiro de 2011 e atuou no primeiro governo de Dilma, principalmente, como articulador político entre o governo e seu partido. [...]No segundo governo de Dilma, a situação política se tornou delicada, e uma crise na relação dela com o PMDB se iniciou.

Ainda no mesmo artigo o autor Daniel Neves descreve o protagonismo do Michel Temer no impeachment de Dilma Rousseff:

A crise política resultou no rompimento do PMDB com o PT e em seu engajamento pelo impeachment de Dilma Rousseff. Logo, Michel Temer abandonou o papel de articulador do governo e tornou-se o articulador da derrubada de Dilma Rousseff. A derrubada de Dilma Rousseff assegurou a posse de Michel Temer na presidência, sendo que esse impeachment é entendido pelos historiadores como um golpe parlamentar...Em 2019, fez a passagem da faixa presidencial para Jair Bolsonaro, eleito presidente do Brasil em 2018." (SILVA, Daniel Neves. [s,d],[s,n]).

O governo de Michel Temer presidiu o Brasil no período de maio de 2016 a dezembro de 2018, governo esse caracterizado como um período de turbulência política, grandes reformas econômicas e sociais, com vigoroso enfoque na austeridade fiscal.

Assim sendo, foi um governo pautado em viabilizar medidas voltadas para a recuperação econômica e a implementação de reformas estruturais, aprovando a Emenda Constitucional 95 (PEC 95), conhecida como "Teto de Gastos", que congelou os gastos públicos federais por 20 anos, corrigidos apenas pela inflação. O objetivo era controlar a dívida pública e gerar confiança nos mercados.

Os anos de 2014 e 2015 representaram um período de estagnação do crescimento da economia brasileira e do PIB (Produto Interno Bruto) no país, o que foi utilizado para fortalecer a narrativa da crise financeira pelos golpistas. Após o golpe, institui-se a Proposta de Emenda Constitucional número 95 (PEC 95), também chamada de PEC do teto de gastos públicos, com a finalidade de alterar o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir um Novo Regime Fiscal.

A referida PEC acrescenta mudanças do art. 106 ao art. 114 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da CF de 88, e estabelece um novo regime fiscal vigorará por 20 anos. Dentre as mudanças propostas estão, conforme art. 107 do ADCT, a transformação do orçamento público em partes independentes e com limites individualizados para as despesas primárias, organizados da seguinte forma:

- I - do Poder Executivo;
- II - do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, do Conselho Nacional de Justiça, da Justiça do Trabalho, da Justiça Federal, da Justiça Militar da União, da Justiça Eleitoral e da Justiça do Distrito Federal e Territórios, no âmbito do Poder Judiciário;
- III - do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e do Tribunal de Contas da União, no âmbito do Poder Legislativo;
- IV - do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público; e
- V - da Defensoria Pública da União.

As despesas primárias referem-se ao pagamento de despesas referem-se aos gastos que o governo tem com pessoal, salários, benefícios, despesas de custeio (manutenção, infraestrutura), programas sociais e despesas de capital.

Em relação à execução orçamentária da referida PEC, com base no que está referendado na página do senado notícias (2016), o teto estabelecido para o ano de 2017, ano que começou a ser implementada a PEC, foi definido a partir da despesa primária de

2016, corrigida em 7,2% referente a inflação prevista, para os anos seguintes utiliza-se valores calculados para as aplicações mínimas do exercício imediatamente anterior, corrigidos pelo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo IPCA, conforme art. 110, II do ADCT.

Amaral (2017, p. 22) ressalta como a PEC limita os investimentos públicos em valores abaixo da inflação e inviabiliza programas sociais, pois afeta os orçamentos associados à área social, sem permitir o reajuste orçamentário do Poder executivo acima dos valores da inflação, ainda que a arrecadação dos impostos seja superior em determinado ano. A determinação de limitar os gastos públicos se concentram nos recursos financeiros destinados às despesas primárias, ou seja, exclui-se o pagamento de juros e amortização da dívida pública da política de controle de gastos. O objetivo da PEC é de restabelecer as propostas do consenso de Washington e fortalecer o montante de recursos repassados ao mercado financeiro. (Amaral, 2017, p. 6), revigorando as políticas de austeridade fiscal, ou seja, reduzir gastos públicos com a seguridade social e promover um Estado garantidor da disciplina de mercado e da transferência de recursos públicos para uma burguesia rentista.

Segundo Alves (2024, p. 196) a PEC do teto de gastos, ao estabelecer um novo regime fiscal, representava a proteção ao subsistema da dívida pública diante da crise estrutural do capitalismo brasileiro, subsistema que funciona como uma estrutura estabilizadora do valor dos ativos da oligarquia financeira. A restrição do orçamento público leva à diminuição com gastos públicos para políticas sociais e representam a subordinação do orçamento público ao capital financeiro e aos interesses da oligarquia.

A implementação da reforma trabalhista em 2017, constituiu outro marco na sua gestão, que consta:

Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. (Lei Nº 13.467 de 13 de julho de 2017).

Uma justificativa a época popularmente conhecida tinha argumentação que a citada reforma modernizaria as relações de trabalho e geraria empregos, enquanto os críticos apontavam para a precarização das condições de trabalho.

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	2025 - Vol. 16 - Número 2
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	rev.edu.cult@cesg.edu.br

Sobre a Reforma da Previdência embora não tenha sido aprovada em sua totalidade, o governo Temer iniciou a discussão e tentou aprovar uma medida ambiciosa, que tendia alterar regras de idade mínima e tempo de contribuição para a aposentadoria. A proposta enfrentou forte resistência no Congresso e na sociedade.

O governo Michel Temer enviou à Câmara dos Deputados a maior proposta de reforma do sistema de seguridade social desde a Constituição de 1988. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287/16 altera regras em relação à idade mínima e ao tempo de contribuição para se aposentar, à acumulação de aposentadorias e pensões, à forma de cálculo dos benefícios, entre outros pontos. (Agência Câmara de Notícias, 2016).

Reforma essa que obteve acalorados debates e forte aversão de sindicatos, movimentos sociais e parte da população. As críticas volviam dentre muitos questionamentos, em torno da dificuldade de acesso à aposentadoria, da precarização dos direitos e como as camadas mais pobres da sociedade seriam impactadas ou prejudicadas.

Durante o seu governo Michel Temer (2016-2019) implementou uma série de atos governamentais e políticas, muitas das quais representaram mudanças significativas. Uma das primeiras e mais marcantes ações foi a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 12 de maio de 2016, por meio da Medida Provisória 726.

Sobre a extinção do MDA, citaremos Mattei, 2018, que discorre sobre vários aspectos do tema:

O ato de extinção do MDA (MP 726) fez com que, inicialmente, toda sua estrutura institucional e autarquias fossem transferidas para o novo ministério: o MDSA, associando-se linear e superficialmente o social e o agrário. Para tanto, foi criada a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD), a qual passou a congrega as seguintes secretarias: Secretaria da Agricultura Familiar (SAF); Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA); Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT); e Secretaria de Regularização Fundiária da Amazônia Legal, responsável pelo programa “Amazônia Legal”. (Mattei, 2018, p. 298).

Referendando o autor acima citado, compreendemos que a extinção do MDA e a reestruturação dessas políticas públicas levaram a um desmonte das ações voltadas para a agricultura familiar, conseqüentemente essa nova estrutura não conseguiu funcionar adequadamente devido a divergências geradas e reivindicação de segmento por políticas públicas rurais que prejudicaram sobremaneira os agricultores familiares, assistentes técnicos e vários outros que dependiam da continuidade integral dessa política.

Assim como está posto, entendemos que alteração da referida lei foi essencial ao favorecimento dos interesses do setor latifundiário. Para além, compreendemos que outras vertentes como grileiros e desmatadores viriam a ter benefícios com os novos princípios de desapropriação e titulação de terras, podendo serem beneficiados indevidamente e comprometendo a luta pela reforma agrária.

Dentre várias mudanças realizadas por Michel Temer trazemos um resumo destas como estão expostas no site da Agência Senado (2016) sendo elas a aprovação pelo Plenário do Projeto de Lei de Conversão (PLV) 20/2016, proveniente da Medida Provisória (MP) 726/2016 que reduziu de 39 para 24 o número de ministérios na nova estrutura do Executivo federal. A MP extinguiu os ministérios da Previdência Social, do Desenvolvimento Agrário, da Ciência e Tecnologia e da Cultura (posteriormente recriado pela MP 728/2016). Bem como extinguiu o Ministério das Comunicações com a incorporação de suas atribuições ao novo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações.

Ainda descrito no site da Agência Senado (2016) a informação que a Secretaria de Política para as Mulheres foi restituída ao Ministério da Justiça, incluindo os temas relacionados à igualdade racial e aos direitos humanos. A pasta passa a se chamar Ministério da Justiça e Cidadania. Tal medida determinou também que a Previdência Social fosse incorporada ao Ministério da Fazenda. A Controladoria-Geral da União (CGU) foi transformada em Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle. E a Secretaria da Micro e Pequena Empresa fica com a Secretaria de Governo da Presidência da República, bem como a Secretaria Nacional da Juventude e o Conselho Nacional da Juventude. (Agência Senado, 2016).

5 O GOLPE DE 2016 E O IMPACTO NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

O governo de Michel Temer e o golpe de 2016, não representam somente o ataque aos princípios democráticos e aprofundamento das políticas neoliberais no Estado brasileiro, mas também o desmonte da educação pública e o retrocesso por meio de políticas para a educação.

Ao analisarmos o documento elaborado pelo Partido Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), partido do Ex-presidente Michel Temer, Travessia Social: uma ponte para o futuro, é possível traçar um breve panorama da concepção de educação a qual as

políticas implementadas nos pós golpe se alinham. O referido documento traz propostas para a melhoria da educação pública brasileira, apoiado na defesa de que a educação é a principal responsável por libertar o indivíduo da pobreza e de uma situação de classe social considerada desfavorável. Dessa forma, dando ênfase na educação enquanto um instrumento de inserção no mercado de trabalho, pois “a porta para a diminuição das desigualdades, o nivelamento das oportunidades e a melhoria da produtividade dos trabalhadores repousa na qualidade do ensino inicial” (PMDB, 2016, p. 16)

O documento traz como ações para um programa de apoio e desenvolvimento da educação 7 sugestões, entre elas escolhemos destacar três: a prioridade para o ensino fundamental e médio, dar consequências aos processos e resultados das avaliações e a diversificação do ensino médio, de acordo com a vocação e o interesse do aluno.

A vinculação da qualidade de ensino a avaliadores externos é utilizada como forma de justificar as reformas empresarias em curso, pois o documento aponta para os resultados insatisfatórios nas avaliações em todo o ciclo básico, comparando o Brasil a outros países do mundo de renda inferior, trazendo a afirmação de que “mais da metade dos alunos da quarta série não estão fundamentalmente alfabetizados” (PMDB, 2016, p.15) e de que seria necessária uma reforma completa no 2º grau do ensino brasileiro, para o documento o currículo das escolas oferece uma formação genérica para o acesso ao ensino superior, fator que não atende às demandas da maior parte dos alunos, que encerram sua formação apenas no ensino básico.

As declarações do referido documento representam a defesa de uma concepção de educação baseada na utilidade para o mercado de trabalho e a vida produtiva. Essa concepção será orientadora das políticas educacionais implementadas pelo governo Temer como a implementação da BNCC e a reforma do ensino médio, sendo possível perceber:

[...] procedimentos da reforma empresarial da educação: padronização através de bases curriculares nacionais, testes censitários e responsabilização verticalizada. A lógica esperada é de que, definindo o que se deve ensinar, a escola saberá o que ensinar, os testes verificarão se ela ensinou ou não, e responsabilização premiará quem ensinou e punirá quem não ensinou (Freitas, 2018, p. 78).

Entre as políticas implementadas por esse governo, a proposta baseada em uma política austeridade fiscal, com sua maior representação na forma da PEC do teto de gastos, impôs para a educação entraves para o seu financiamento, conforme aponta Farenzena (2020, p. 7) o novo regime fiscal, a partir de 2018, suspende a regra de aplicação

de 18% da receita de impostos da União que seriam destinados para a manutenção e desenvolvimento de ensino, simbolizando a defesa à redução de gastos estatais. A falta de financiamento público impede que as metas estabelecidas pelo PNE de 2014-2024 (Plano Nacional de Educação) de serem cumpridas, destacando a meta 20, que previa o aumento do investimento público em educação para 10% do PIB até o ano final de vigência do plano.

Em consonância com as ideias dos reformadores educacionais, a homologação da BNCC, que já estava em discussão no governo Dilma, representou mais uma forma de padronização. A base possui 2 versões anteriores ao que foi implementado pelo governo golpista. Pós o impeachment, ocorreram mudanças nas Secretarias do MEC, o que ocasionou na redução ou na não participação das pessoas envolvidas nas discussões e processos de elaboração das primeiras versões e sem a devida discussão com as camadas sociais, ademais a terceira versão, contou com a participação de setores empresariais. Segundo o estudo realizado por Aguiar (2018, p. 51) grupos como Fundação Lemann, Natura, Ayrton Senna, Unibanco, Fundação SM e instituto FHC tiveram um papel de importante na aprovação e condução da BNCC. A BNCC, estruturada no ensino de competências e habilidades, deveria ser implementada por todas as etapas de ensino, obrigatoriamente, até o início do ano de 2020.

A reforma do Ensino Médio, inicialmente, foi proposta por meio da medida provisória 764/2016, sem qualquer discussão com a sociedade ou com a categoria docente, revelando seu caráter antidemocrático e autoritário. Posteriormente, foi sancionada a Lei 13.415, de 16 de fevereiro de 2017 que trouxe alterações na LDB, no Fundeb e na CLT, além de instituir a política de fomento à implementação da educação básica. A medida foi passada rapidamente, sob a alegação de que era urgente adequar o currículo escolar às necessidades econômicas e sociais, modernizando o ensino e garantindo a liberdade de escolha para o jovem. Os baixos índices nos exames de avaliação externas como o do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) serviram para tripudiar professores e as escolas, municiando justificativas do governo Temer para anunciar a Reforma.

Umas das alterações feitas pela reforma do ensino médio, refere-se a carga horária, alterando o art. 24 da LDB, dado pela nova redação:

§ 1 A carga horária mínima anual de que trata o inciso I do caput deverá ser ampliada de forma progressiva, no ensino médio, para mil e quatrocentas horas,

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	2025 - Vol. 16 - Número 2
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	rev.edu.cult@cesg.edu.br

devendo os sistemas de ensino oferecer, no prazo máximo de cinco anos, pelo menos mil horas anuais de carga horária, a partir de 2 de março de 2017 (Brasil, 2017).

Das 1400 horas estipuladas da carga horária total, apenas o total de 800 horas deveriam ser destinadas ao cumprimento dos conteúdos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o restante deve ser destinado ao cumprimento dos itinerários formativos. A organização curricular do Ensino Médio passa a vigorar conforme art. 4 da lei 13.415/17 a partir de 5 arranjos curriculares. Composto a partir da BNCC e dos itinerários formativos: Linguagens e suas tecnologias; matemática e suas tecnologias; ciências da natureza e suas tecnologias; ciências humanas e sociais aplicadas e formação técnica e profissional.

Em relação à formação profissional, a Lei estabelece a ênfase na formação técnica deverá ocorrer considerando os seguintes princípios:

- I - a inclusão de vivências práticas de trabalho no setor produtivo ou em ambientes de simulação, estabelecendo parcerias e fazendo uso, quando aplicável, de instrumentos estabelecidos pela legislação sobre aprendizagem profissional;
- II - a possibilidade de concessão de certificados intermediários de qualificação para o trabalho, quando a formação for estruturada e organizada em etapas com terminalidade (Brasil, 2017).

Ao analisar os referidos artigos é possível perceber a volta a valorização dos discursos técnicos e a ênfase na formação profissionalizante para formar mão de obra. O que pode levar a uma análise a respeito da diferenciação da formação para as diferentes classes sociais. Freitas (2018, p.84) analisa que a redução das aprendizagens a aprendizagem de disciplinas básicas é uma demanda dos interesses do capital. O autor complementa o seu pensamento analisando a reforma do Ensino Médio como a defesa de uma formação profissionalizante, que atende aos interesses empresariais ao promover uma educação que, para as camadas populares, serve como caminho para o mercado trabalho, e para as elites, como uma parte do ingresso para a formação superior.

Sem essa profissionalização uma parcela da juventude fica alguém tempo dentro do Ensino Médio e sai, denunciando sua má formação através da evasão; com a profissionalização precoce, essa mesma parcela é desviada para o trabalho, saindo oficialmente das estatísticas de abandono escolar, sem que se tenha que alterar a qualidade de ensino para atender a todos (Freitas, 2018, p.84).

Ainda em relação à formação técnica e profissional, a reforma estabelece a possibilidade de firmar convênios e parcerias com instituições de cunho privado para ofertar disciplinas. Além disso estabelece a possibilidade de admitir profissionais com notório saber em seu art. 6:

IV - profissionais com notório saber reconhecido pelos respectivos sistemas de ensino, para ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação ou experiência profissional, atestados por titulação específica ou prática de ensino em unidades educacionais da rede pública ou privada ou das corporações privadas em que tenham atuado

A admissão de profissionais com notório saber revela o caráter de desvalorização da carreira docente, pois não se considera a necessidade de uma formação pedagógica sólida para a garantia da oferta dos conteúdos curriculares. Além disso, a possibilidade de firmar parcerias com instituições privadas representa o avanço de ideias privatistas na educação. Conforme Freitas (2018, p.55) “a destruição do sistema público se dá paulatinamente pela introdução dos objetivos e processos das organizações empresariais no interior das instituições públicas”. Isso significa dizer que a privatização e destruição da educação pública, não ocorre somente quando existe a transferência de um prédio e da gestão pública a uma instituição privada, mas através da introdução de padrões, mensurações, controle e processos de gestão empresariais, e, mais especificamente o estabelecimento de parcerias público privadas.

A reforma também prevê uma política de fomento à implementação de escolas de ensino médio em tempo integral, art. 13:

A Política de Fomento de que trata o caput prevê o repasse de recursos do Ministério da Educação para os Estados e para o Distrito Federal pelo prazo de dez anos por escola, contado da data de início da implementação do ensino médio integral na respectiva escola, de acordo com termo de compromisso a ser formalizado entre as partes, que deverá conter, no mínimo:

- I - identificação e delimitação das ações a serem financiadas;
- II - metas quantitativas;
- III - cronograma de execução físico-financeira;
- IV - previsão de início e fim de execução das ações e da conclusão das etapas ou fases programadas (Brasil, 2017).

A reforma do Ensino Médio se alinha ao documento travessia social de forma clara ao explorar caráter de formação de mão de obra qualificada para o trabalho e técnica para atender demandas do mercado de trabalho. Mas é possível perceber que essa formação

para o mundo do trabalho é frágil e de tempo encurtado. É preciso se questionar se essa formação realmente significa formação de mão de obra qualificada ou apenas a diferenciação e a exclusão de uma parcela da sociedade ao acesso a um ensino de qualidade.

Em suma, a Reforma do Ensino Médio no governo Temer reestruturou o currículo do Ensino Médio, substituindo disciplinas obrigatórias por itinerários formativos flexíveis atrelados à BNCC, com o objetivo declarado de modernizar e alinhar a educação ao mercado de trabalho, mas enfrentando fortes críticas sobre seu caráter tecnicista, autoritário e o potencial aumento das desigualdades educacionais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estado neoliberal brasileiro pode ser refletido como um totalitarismo velado cuja ótica da economia política da sociedade burguesa descortina uma estrutura organicamente conectada e veloz nas decisões amarradas em uma política de Estado, para além da política de governo que poderia ser efêmera.

Enquanto a governança neodesenvolvimentista do partido dos trabalhadores trabalhava conciliando os interesses da hegemonia brasileira com as pautas sociais, as articulações para a retomada do poder neoliberal em toda sua potência eram articuladas nos bastidores políticos por meio do Golpe de 2016. No espaço de tempo relativamente curto de 2 anos, por meio de emendas parlamentares, se passou no congresso retrocessos em todas as áreas das quais a educação foi impactada diretamente.

Foi percebido nas ações decisórias do governo Temer a corroboração do que Alves (2024) advoga que as ações da doutrina neoliberal é composta pelo tripé da oligarquia financeira, a superexploração do trabalho e a produção da ignorância cultural, visto que essas esferas são reforçadas pelas emendas citadas acima nos campos: financeiro que privilegia a oligarquia, no campo do trabalho na perda de direitos do trabalhador com as reformas e flexibilizações de trabalho e no campo da educação percebida por meio das políticas educacionais e padronização do trabalho docente reverberando no tipo de qualidade educacional de caráter tecnicista, autoritário com potencial aumento das desigualdades educacionais.

Mediante o golpe cujo pretexto foram a pedaladas fiscais da Presidente Dilma Rousseff que culminou em seu impeachment cabe saber que seu sucessor Michel Temer, foi detido após deixar o cargo, relacionado a investigações de corrupção ligadas ao setor portuário.

Em suma, cabe a reflexão de que o Estado neoliberal não é apenas um sistema econômico, mas uma forma de totalitarismo que, por meio de seus agentes e mecanismos de controle, cooptou e neutralizou os espaços de verdadeira disputa política, consolidando uma ordem burguesa homogênea e excludente.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. Reforma da Previdência altera idade mínima e cálculo de benefícios. Brasília, [s.d.]. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/505112-reforma-da-previdencia-altera-idade-minima-e-calculo-de-beneficios/>

AGÊNCIA SENADO. Aprovada MP que promoveu reforma administrativa do governo Temer. Brasília, 8 set. 2016. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/09/08/aprovada-mp-que-promove-reforma-administrativa-do-governo-temer>

AGÊNCIA SENADO. Promulgada Emenda Constitucional do teto de gastos públicos. Brasília, 15 dez. 2016. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/15/promulgada-emenda-constitucional-do-teto-de-gastos>

AGUIAR, Márcia Ângela da S. Relato da resistência à instituição da BNCC pelo Conselho Nacional de Educação mediante pedido de vista e declarações de votos. Recife: ANPAE, 2018. cap. 1, p. 8–22.

ALVES, Giovanni. O estado neoliberal no Brasil: numa tragédia histórica. Marília, SP: Editora Praxis, 2014.

AMARAL, Nelson Cardoso. Com a PEC 241/55 (EC 95) haverá prioridade para cumprir as metas do PNE (2014–2024)? Revista Brasileira de Educação, v. 22, n. 71, 2017.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 15 dez. 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm

BRASIL. Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) [...] a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 14 jul. 2017. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=13467&ano=2017&ato=91eUTTU5EeZpWTaca>

BRASIL. Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/2016/medidaprovisoria-726-12-maio-2016-783106-publicacaooriginal-150375-pe.html>

BRASIL. Presidência da República. Biblioteca. Biografia de Michel Temer. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/michel-temer/biografia-1/biografia>

BRASIL. Secretaria-Geral da Presidência da República. Biografia completa – Michel Miguel Elias Temer Lulia. Brasília: Gov.br, [s.d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/centrais-de-conteudo/biblioteca-da-pr/galeria-dos-ex-presidentes/michel-miguel-elias-temer-lulia/biografia-completa-michel-miguel-elias-temer-lulia>

FARENZENA, Nalú. Despesas em ações da assistência financeira da União na educação básica no período 2014–2020. Revista EccoS, São Paulo, n. 58, p. 1–17, jul./set. 2021.

FREITAS, Luiz Carlos de. A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES. Travessia social: uma ponte para o futuro. Brasília: PMDB, 2016.

KRAWCZYK, Nora; LOMBARDI, José Claudinei (org.). O golpe de 2016 e a educação no Brasil. Uberlândia: Navegando Publicações, 2018.

LOMBARDI, José Claudinei; LIMA, Marcos R. Prefácio: O Brasil republicano: uma história de golpes de Estado. In: LUCENA, Carlos; PREVITALI, Fabiane Santana; LUCENA, Lurdes (org.). A crise da democracia brasileira. v. 1. Uberlândia: Navegando Publicações, 2017. p. 1–30. Disponível em: <https://www.editoranavegando.com/copia-politicas-educacionais-1>

MATTEI, Lauro. A política agrária e os retrocessos do governo Temer. Geografia em Debate, v. 12, n. 2, p. 293–307, 2018.

SILVA, Daniel Neves. Michel Temer. Brasil Escola, [s.l.], [s.d.]. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/biografia/michel-temer.htm>